

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 055

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Senhoras e senhores, boa-tarde!

Declaro aberta a presente Audiência Pública, solicitada pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa com o objetivo de discutir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB.

Convido para compor a Mesa: Deputada Federal Thelma de Oliveira; Ana Carla Borges Leal Muniz, Secretária de Estado de Educação; Sirineu Moleta, Presidente da UNDIME; Hilton Campos, Prefeito de Juína; Mauro Nakamura Filho, representando o Secretário de Estado de Fazenda Waldir Teis; Cleonice Oliveira Barbosa, representando o Secretário Municipal de Educação, João Pedro Valente; Maria Luíza Torquato Corrente, representando a Deputada Federal Teté Bezerra.

Nós temos aqui dois Ofícios endereçados à Mesa:

“Sr. Presidente,

Sirvo-me deste expediente para informar que a Deputada Estadual Verinha Araújo infelizmente não poderá estar presente, nesta sexta-feira (07/10), na programação do Encontro Estadual de Gestores (as) Municipais da Educação e da Assistência Social de Mato Grosso, que está sendo realizado na Assembléia Legislativa.

A Deputada está participando, no Município de Pontes e Lacerda, da reunião da Câmara Setorial Temática da Assembléia Legislativa que discute a situação das famílias que vivem na região da fronteira do Brasil com a Bolívia.

Neste evento, a Deputada está representando a Senadora Serys, do PT.

A Deputada deixa aos participantes do Encontro sua mensagem de solidariedade às lutas em defesa de recursos e melhores condições para a Educação Pública e Assistência Social no Estado.

Sendo só o exposto, agradeço a compreensão.

Atenciosamente.

Maria da Graça Silveira.

Chefe de Gabinete”

“Ofício do Deputado Carlos Abicalil, comunicando sua ausência ao Encontro porque nessa mesma data haverá uma Audiência com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, das 09:00 às 12:00horas.

Na pauta da audiência com o Presidente está a PEC nº 415/05, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), assunto principal de Encontro da UNDIME-MT.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O Deputado agradece o convite e parabeniza o empenho da UNDIME, e de sua presidência na realização do evento. Ressalta a relevância do encontro, ao mesmo tempo em que reitera o seu compromisso e disposição do seu mandato na luta pela aprovação da PEC nº 415/05 e inclusão da Educação Básica.

Atenciosamente,
Profª Silva Marques Calicchio
Secretária Parlamentar.”

Nós convidamos Regina Borela, representando a Senadora Serys (PALMAS).

Passemos a palavra ao Presidente da UNDIME

O SR. SIRINEU MOLETA - Sr. Presidente, é com muita honra que estamos nesta Casa, fomos bem recebidos e nos sentimos em casa. Em nome de cada Secretário de Educação, de cada gestor ou Secretário de Ação Social, Primeira-dama, agradeço pelo carinho, pelo esforço de cada membro desta Casa que nos recebeu.

Agradeço a presença da Deputada Thelma de Oliveira, agradeço os demais membros da Mesa, a Secretária Ana Carla Muniz, os parceiros do Estado representando Serys, representando a Senadora, representando o companheiro Valente.

Gostaria de colocar aqui, nesse momento, dois representantes que estivessem conosco aqui, Deputado Humberto Bosaipo, o Marcos Pizza Pimentel, representando a UNDIME Nacional nessa luta... (PALMAS), pela inclusão de zero a três anos no FUNDEB. E a Leda, Sr. Presidente, que é a representante de todos nós na entrega do documento do Mato Grosso, dos dois dias de reflexões, os nossos anseios, as nossas angústias, as nossas expectativas (PALMAS), que serão colocados nessa carta.

É com grande prazer que demos início a esse compromisso do Estado. Compromisso de cada Secretário, de cada prefeito que queremos representar. De cada criança, de cada gestor, de cada mãe. Ao mesmo tempo que nos sentimos compromissados com essa luta, queremos dizer FUNDEB para valer, tem que ter, tem que ter. Nós acreditamos... (PALMAS). É inconcebível pensar em um fundo para o desenvolvimento da educação básica, excluindo parte dessa educação, onde a Constituição já define, no art. 208, essa luta da formação e do atendimento de toda educação. Nós acreditamos, temos que esse deve ser o nosso compromisso e nosso dever. Em nome de cada município, coloco, Deputada Thelma de Oliveira, para Vossa Excelência levar aos nossos Deputados Federais, Deputado Humberto Bosaipo, para dever em cada município.

Se esse fundo excluir zero a três anos, o colapso do município e a falta do atendimento vão acontecer. Então, acreditamos nos nossos Parlamentares; acreditamos em nosso Governo, acreditamos que tem condições, que o financiamento pode acontecer nas três esferas, parceria Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal. Valorizamos a inclusão do ensino médio porque é a educação básica, mas não queremos que essa parte da educação básica seja excluída.

Sr. Presidente, neste momento eu gostaria de colocar para o senhor a carta dos educadores, a carta dos gestores, dos Secretários Municipais e dos gestores da ação social para que ela seja conhecida, seja assinada e seja levada na defesa do cidadão e das nossas crianças.

Eu convido a professora Leda para ler a Carta em Defesa de Mato Grosso.

Pode nos trazer a Carta aqui, por gentileza!

Esse simbolismo de uma Secretária nos trazer significa que nós queremos ser a ponte, Sr. Presidente, entre a sociedade civil e o Poder Público. E queremos o comprometimento desse Poder Público, seja Governo Federal, Governo Estadual ou Governo Municipal. Ao lermos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

essa Carta veremos que nela está a expectativa, o pensamento e a angústia de uma educação que valorize desde a primeira infância o cidadão.

A SR^a LÊDA F. ROCHA LAGO - “Carta de Mato Grosso em Defesa da Inclusão de Crianças de 0 a 3 anos no FUNDEB.

Os Secretários Municipais de Educação e as Gestoras de Assistência Social dos Municípios de Mato Grosso, reunidos em Cuiabá nos dias 06 e 07 de outubro de 2005, decidiram em plenário defender a inclusão das crianças de 0 a 3 anos de idade no Projeto de Emenda Constitucional nº 415/05, em tramite no Congresso Nacional, ressaltando os seguintes pontos:

1 - Reiterar que a não inclusão de crianças dessa faixa etária contraria princípios legais já discutidos e aprovados pelo Congresso, conforme preceitua a LDB em seu art. 29: ‘educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e de socialização, complementando a ação da família e da comunidade’.

2 - Consolidar a transição entre assistência social e educação, sito é, a vinculação efetiva das instituições de Educação Infantil aos sistemas educacionais, conforme art. 89, da LDB: ‘as creches e as pré-escolas existentes ou que venham a ser citadas deverão, no prazo de três anos, a contar da data da publicação da lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino’.

3 - Ressaltar que o ingresso de crianças dessa faixa etária vem crescendo no Brasil e no mundo inteiro de forma acelerada, não só pelas necessidades dos pais que estão no mercado de trabalho, mas pela comprovação de estudos que afirmam que a inteligência se forma a partir da fase intra-uterina, das informações adquiridas a partir do nascimento, quando na primeira infância estão latentes e abertas as janelas dos sentidos;

4 - Investir em políticas de atendimento na melhoria dos espaços físicos e recursos materiais das instituições de educação infantil, que, muitas vezes, não são coerentes com a proposta pedagógica e com as diretrizes educacionais;

5 - Garantir a formação e a qualificação dos profissionais da educação que atuam no atendimento à educação infantil, diante da importância do papel que cada um desenvolve no processo educativo dessa faixa etária;

6 - Cumprimento efetivo do regime de co-responsabilidade das esferas do poder na execução das políticas destinadas à primeira infância;

7 - Que sejam estabelecidas políticas financeiras compensatórias para atender aos municípios de baixo IDH e nas regiões de alto grau de vulnerabilidade econômico-social.

Esperamos que o Congresso Nacional reveja, de forma criteriosa, o texto da PEC, na perspectiva de colocar a Educação Básica como interesse público, em primeiro lugar, para além do jogo de forças e disputas entre os entes federados.

O Brasil necessita de um FUNDEB forte que responda aos desafios do conjunto da Educação Básica, das creches ao ensino médio, contemplando as modalidades de educação de jovens e adultos, educação indígena, educação profissional, educação no campo e educação especial inclusiva.

São estas as expectativas dos mais de 50 milhões de alunos e alunas da educação pública brasileira, os mais de dois milhões de profissionais da educação, outros milhões que não tem acesso ao sistema educacional e a sociedade brasileira que acredita que não há presente futuro para um país sem investimento em uma educação de qualidade para todas e todos, a começar para brasileirinhos de 0 a 3 anos de idade.

UNDIME/MT;

Comitê Estadual de Educação;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Comitê Estadual de Educação no Campo;
OMEP - Organização Mundial para Educação Pré-Escolar;
APDM - Associação das Primeiras Damas dos Municípios do Estado de Mato Grosso;

AMM - Associação Mato-Grossense dos Municípios;
UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação;
PROSOL - Fundação Estadual de Promoção Social;
CEE - Conselho Estadual de Educação
Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia

Legislativa;

SETEC - Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania;
SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia;
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação; e
Associação das Creches Filantrópicas de Cuiabá.
Cuiabá/MT, 07 de outubro de 2005.”

Esse é o nosso documento, que expressa o nosso desejo, nobres Srs. Deputados e Deputada que aqui se encontram (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Preciso do documento.

O SR. SIRINEU MOLETA - Sr. Presidente, esse documento lhes será encaminhado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu gostaria que fosse entregue à Deputada Federal Thelma de Oliveira e pediria à Deputada que encaminhe cópia aos outros Parlamentares Federais. Muito obrigado (PALMAS).

Vamos ouvir a Secretária de Educação, Ana Carla Muniz.

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - Boa-tarde a todos.

Cumprimento o Deputado Humberto Bosaipo pela brilhante decisão de abrir ao debate, através da audiência pública na Assembléia Legislativa; a Deputada Federal Thelma de Oliveira; o Mauro Nakamura, representando o Secretário de Fazenda; o Presidente da UNDIME; e demais representantes da mesa. Sintam-se cumprimentados e agraciados com a nossa deferência.

Cumprimento aqui prefeitos, primeiras-damas, assistentes sociais e quero dizer que o debate do financiamento da educação infantil é um debate do qual participo e luto, principalmente com as assistentes sociais do Estado de Mato Grosso há algum tempo.

Tive a oportunidade de trabalhar na Secretaria de Ação Social em Rondonópolis, por seis anos e nós, municípios, Deputado Humberto Bosaipo, temos muito pouco financiamento das esferas federal e estadual para arcar com uma despesa na educação, que eu tenho absoluta certeza que é bem mais cara do que o ensino fundamental.

Além da educação infantil para crianças de 0 a 5 anos, temos que ter políticas públicas entrelaçadas com saúde, entrelaçadas com diversas Secretarias dando também um suporte às mães e às famílias.

Eu quero me atentar à realidade que está acontecendo no Congresso Nacional. Tive a oportunidade, como Secretária Estadual de Educação, por diversas vezes, em reunião com o Ministério, de participar de uma comissão, e a UNDIME também fazia parte dessa discussão, e colocar os pontos que efetivamente eu posso contribuir aqui um pouquinho com esse debate.

Nós, na segunda-feira, através do Governador Blairo Maggi, convidamos toda a Bancada Federal a participar do debate da PEC do FUNDEB que está tramitando e que está já compondo a comissão do FUNDEB.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

E lá nesta reunião, Deputada Federal, e Vossa Excelência justificou a sua ausência, nós pudemos pontuar os pontos que o MEC estava colocando que nós, Secretarias de Educação, e até também conhecedora do trabalho da educação infantil, estávamos pontuando de dificuldade... Até porque para este ano já tem no orçamento do Ministério da Educação um recurso que seria para o possível FUNDEB, que nós chamamos de Fundebinho, em torno de 470 milhões que eram para ser repassados para os Estados, pactuados numa discussão, no ano passado, e nós estamos já no mês de outubro e nenhum real veio.

Então, nós temos preocupação, porque nós estamos passando por um processo delicado político lá no Congresso e eu fico em dúvida - e quero externar isso com muita sinceridade - se o Governo Federal vai conseguir aprovar o FUNDEB em 2005 para que em 2006 nós possamos ter este fundo ampliado, de financiamento ao ensino médio e à educação infantil.

A PEC que está lá não está incluída a educação de 0 a 3 anos, como disse o nosso companheiro aqui. E o comprometimento que o Governo Federal já havia assumido de colocar para este fundo no ano de 2006, na ordem de 1 bilhão e 900, eu tive a tristeza de receber a notícia, eu acho que todos da UNDIME já têm também, que o Ministro Palocci já tira um bilhão de recurso desse possível um bilhão e novecentos milhões de reais para o ano de 2006.

O CONSED, através dos Secretários de Educação, é contra o aporte da União, de forma parcelada e progressiva, como ele sugere, até porque nós, Estados e Municípios, já estamos arcando com esse financiamento há muitos anos. E nem o recurso do FUNDEF, que por lei o Governo Federal devia aportar aos Estados e Municípios que tenham a *per capita* abaixo da média, nem isso o Governo Federal está fazendo.

Então, para vocês terem uma idéia, esse um bilhão e novecentos milhões de reais que o Governo Federal tinha proposto aportar, parcelado em quatro anos, ele já tira um bilhão, sendo que esse recurso, de novo, do Governo Federal não tem nada. Não tem um real, Deputado Humberto Bosaipo, do Governo Federal, de novo, nesse FUNDEB proposto, de aporte da União.

E, aqui, eu quero destrinchar esse um bilhão e novecentos milhões de reais, de onde que ele está buscando essas fontes de recurso. Ele coloca, quatrocentos e setenta milhões de reais do Fundebinho, considerando que o ano que vem, ele teria que repetir; 10% do Salário Educação, que dá em torno de quinhentos milhões de reais, e nós através do CONSED somos contra, porque o Salário Educação é uma receita vinda das empresas do país, e não é recurso da União; trezentos e oitenta milhões de reais do FUNDEF que ele, obrigatoriamente, teria que estar fazendo e quatrocentos e setenta milhões de reais do EJA, que é a Educação de Jovens e Adultos, que é um recurso também já existente.

Então, um bilhão e novecentos milhões de reais, que a União está propondo, de novo, não tem nenhum recurso. E, agora, já temos a informação - e a Deputada Federal Thelma de Oliveira pode estar dando mais dados para nós aqui - de que o Governo Federal retira um bilhão de recurso desse recurso de um bilhão e novecentos milhões de reais que ele tinha proposto.

Eu tenho muita preocupação, quero alertar todos que trabalham com educação no Estado de Mato Grosso, porque esse Fundo tem que nascer bem, tem que ter condições claras de ações, para que possamos melhorar os indicadores de qualidade da educação no país e, com certeza, em Mato Grosso.

Nós temos uma demanda tanto na educação infantil como no ensino médio muito reprimida e esse debate vai com certeza acontecer com muita propriedade lá no Congresso Nacional.

Então, nós pontuamos, enquanto CONSED, algumas sugestões nesta Comissão, Sr. Presidente, e as nossas informações é que nós temos milhões de alunos a serem atendidos tanto na educação infantil como no ensino médio. Como eu disse, a nossa defesa, enquanto Secretária de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Educação, é que não seja a proposta gradual de valores pelo MEC e sim um aporte de 10% do total do fundo logo no primeiro ano para que nós possamos ter condições de atender a demanda existente no País. Eles estão limitados a uma série de questões, equilíbrio fiscais, enfim, ingresso gradual de matrículas e este debate está sendo feito no País inteiro e eu à frente da Secretaria de Educação, quero encerrar as minhas palavras dizendo o seguinte: não se faz educação sem financiamento, não se faz educação sem recurso e aporte de recurso.

O Brasil, na última avaliação do Programa Internacional e Avaliação de Alunos, que é o nosso PISA, no meio de quarenta e dois países, ficou em último lugar em avaliação nas disciplinas de Matemática e de Português, penúltimo em História e os nossos indicadores de evasão, de repetência e de abandono são grandes.

Então, ou nós discutimos os problemas e os indicadores da área educacional como um todo, em cima de dados oficiais, sensibilizando os três Poderes, para que todos contribuam com o financiamento da educação, ou nós vamos estar recolhendo recurso da sociedade, dos impostos, compostos por todos nós, e não obtendo os resultados que nós precisamos devolver à sociedade, que são alunos que tenham uma formação com qualidade, que são alunos que possam permanecer na escola e que o ensino fundamental, ao receber os alunos da educação infantil, possa receber alunos com mais conhecimento, melhorando as condições de trabalho nas três esferas de formação.

Então, coloco-me à disposição, sou parceira para esse debate da inclusão da educação infantil, isso muito foi dito, inclusive, de que forma os municípios poderiam contribuir com as receitas municipais. E acho que os prefeitos estão abertos para poder estar discutindo, até porque nós temos receitas do Ministério da Assistência Social, temos condições de organizar um debate construtivo com a União. Agora, o que não pode é o Ministro Antonio Palocci negar, todas às vezes, que nós discutimos a desvinculação da receita da União, ele contingenciar para que tenha o equilíbrio necessário, enfim, aquelas reservas que o Governo Federal defende com unhas e dentes.

Educação em um país mais democrático e mais avançado precisa de financiamento e precisa do reconhecimento dos governos que administram os nossos recursos e os nossos dinheiros.

Eu quero agradecer, Deputado Humberto Bosaipo, parabenizar o senhor que é Presidente da Comissão de Educação e tem acompanhado o trabalho de perto na Secretaria Estadual, me colocar à disposição através da Secretaria Estadual de Educação. Muito Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Deputada Federal Thelma de Oliveira.

A SR^a THELMA DE OLIVEIRA - Boa-tarde a todos e todas que se encontram aqui presente. Cumprimento o Deputado Humberto Bosaipo, que é o Presidente da Comissão de Educação e acho que é uma Comissão extremamente importante dentro de todo o Parlamento. Gostaria de cumprimentar a nossa Secretária de Educação Ana Carla, cumprimento também o Sirineu, que é da UNDIME, também a professora Leda, que leu a carta; e também cumprimento os demais membros da Mesa.

Quero dizer, Deputado Humberto Bosaipo, que a questão da educação e a assistência social, normalmente, nós podemos ver por este público, uma grande preocupação feminina. Muitos homens não se preocupam, mas nós notamos e aqui eu estou encontrando muitos militantes que já vem há anos e anos e anos nessa luta da questão da educação e da assistência social. Seja ela por recursos públicos, seja ela por programas, nós estamos sempre nos encontrando nessas questões.

É com muita satisfação que eu estou aqui representando a Câmara dos Deputados. Eu, que faço parte da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente na Câmara, estou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

acompanhando de perto essa questão do FUNDEB. Eu acho que essa situação é muito cruel da forma como foi colocada. No momento em que se cria... Porque nós tínhamos o FUNDEF, que foi criado em 1998, agora criou-se o FUNDEB com a garantia de que iríamos ter mais recursos e que se iria resolver a situação da Educação Infantil, do Ensino Básico e do Ensino Fundamental.

E o que nós estamos assistindo é exatamente o que já disse a Secretária. Primeiro, um contingenciamento. Quer dizer, o aporte de recurso financeiro que seria colocado já não será colocado. E, depois, todos foram pegos de surpresa quando não se incluiu a creche. E a creche, todos nós sabemos, é fundamental na educação de qualquer criança. É pela creche que nós começamos a ter e a garantir a cidadania das nossas crianças. Além disso, nós temos garantido na Constituição, no ECA, na LDO, que são direitos das crianças, das mães e dos pais trabalhadores. O que nós estamos assistindo hoje, ao não se incluir, é a negação de todo esse direito que vem desde a Constituição. Eu acho que essa é uma coisa que vocês já debateram bastante, mas acho muito importante pontuarmos.

Além de tudo, incluir as creches... Porque hoje a creche ficou no limbo. Não está nem na educação e não está na assistência. Por quê? A assistência, agora, não pode mais financiar a creche, entrega para a educação. Se não está no FUNDEB, se não está na educação, quem vai tomar conta das creches? Vão ficar sob a responsabilidade de quem? Vão ficar de novo... Nós vamos retroceder ao assistencialismo? Vai ficar nas mãos somente da sociedade filantrópica, das entidades filantrópicas, que têm que sobreviver fazendo chazinho, promoção, rifas, para garantir a assistência e a manutenção das creches?

Quer dizer, eu estou aqui para dizer que já teve uma mobilização na Câmara com a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente no sentido de mostrar o não conformismo de todos os Parlamentares que estão na frente popular, com relação a não inclusão das creches. E acho que este movimento, de vocês aqui, é fundamental e a UNDIME tem sido parceira nessa luta, assim como tantas outras entidades.

Eu quero dizer para vocês, Deputado Humberto Bosaipo, se não houver uma pressão da sociedade, isso não vai ser mudado.

O Deputado Humberto Bosaipo está dizendo que nós vamos fazer o segundo fraldão, e vamos fazer o segundo fraldão se for o caso, juntando a Assembléia Legislativa, a Câmara dos Deputados, a Secretaria já se colocou como parceira, porque se não for na base da pressão, isso não vai ser mudado.

E quero colocar, também, que em dezembro de 2003 o Presidente Lula lançou o Plano Presidente Amigo da Criança, com o objetivo de responder aos inúmeros desafios da infância no Brasil, comprometendo-se a melhorar a qualidade da educação integral de crianças de 0 a 6 anos.

Em seguida, em julho de 2005, ele manda a famosa PEC, do FUNDEB, e as creches não estão incluídas. Eu pergunto: Onde está o compromisso de um Presidente da República que assinou o Plano que seria o Plano de Presidente Amigo da Criança? Isso não existe.

E mais, se a PEC não for mudada, se a PEC não incluir as creches, será porque a Base do Governo não quis apoiar, porque lá eles têm, hoje, condições de aprovar, porque todos os outros Parlamentares estão apoiando a inclusão das creches dentro do FUNDEB.

Então, se isso não acontecer, é porque a própria Base do Governo não quis apoiar. E nós vamos ter que estar atentos aos votos que forem dados no dia em que for colocada a emenda de inclusão das creches no FUNDEB.

Eu queria também colocar, Deputado Humberto Bosaipo, que além da questão do FUNDEB e do que a Secretaria de Educação já colocou, de que não está contemplando a questão das creches, recentemente nós tivemos uma outra reunião, que foi na Frente Parlamentar da Mulher,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

essa frente, ao atender os programas da mulher, você está atendendo também a questão da criança, do adolescente, aos programas que vão dar proteção e assistência às nossas crianças e adolescentes. Os programas relacionados à mulher, o Ministério da Mulher, sofreu um contingenciamento de 43%.

Além disso, além desse que vai nos atingir diretamente nos programas relacionados à criança e ao adolescente nós tivemos também, Deputado Humberto Bosaipo, ontem, numa reunião da Frente Parlamentar de Saúde, onde até hoje não houve a regulamentação da emenda nº 29, que é aquela que garante o fundo constitucional para a Área da Saúde. E, para piorar, vai chegar, na segunda-feira, a Medida Provisória nº 261, que vai retirar 01 bilhão e 200 mil reais do Ministério da Saúde, que vai ser transferido para o Ministério de Desenvolvimento Social para pagar o Bolsa Família. Nós não somos contra o Bolsa Família, pelo contrário. Entendemos que é um programa que era o Bolsa Escola, era do Governo Fernando Henrique e transformou-se o Bolsa Família. O que nós queremos é que o recurso do Ministério da Saúde seja respeitado da mesma forma que queremos que haja recursos para o Bolsa Família. Cada qual com seu recurso garantido, para que possamos realmente avançar.

Então, eu entendo que esse Governo, o Governo Lula, na verdade não está atendendo aquele compromisso social que fez quando assumiu a Presidência do Brasil. E para que possamos mudar essa realidade, nós temos que nos mobilizar, senão, vamos continuar, o Ministro Palocci vai continuar querendo garantir o superávit primário através de retirada de recursos da saúde, da educação, da reforma agrária, do Ministério da Mulher e eu acho que isso não é realmente estar trabalhando para o povo brasileiro.

Então, eu vim aqui dizer para vocês que vocês podem contar com o meu apoio, com o apoio da bancada de Mato Grosso na Câmara Federal que está toda comprometida com a questão das creches, até porque nós já passamos por isso, sabemos as dificuldades e se não houver financiamento, e não só do Governo federal, tem que ter Governo Estadual e Governo municipal. O que não pode, Deputado Humberto Bosaipo, a forma como que eles querem financiar que é progressiva vai penalizar cada vez mais quem? Os municípios que serão cada vez mais penalizados. Porque na hora em que não tiver a creche lá no município a criança e a mãe não vão chegar no Estado, não vão chegar no Governo federal. Vão chegar na casa da Secretária da Assistência, na casa da Secretária de Educação e no prefeito. Onde ele vai botar a criança dele que não tem para onde ir? Então, eu queria dizer a vocês: que podem contar conosco lá na Câmara Federal. Agora vai depender - e aqui a UNDIME sabe disso - da nossa mobilização.

Nós fizemos o primeiro fraldão, vamos fazer o segundo, o terceiro, o quarto e quantos forem necessários para nós sensibilizarmos o Governo para que ele realmente atenda a nossa reivindicação.

Isso não é nenhuma benesse. É obrigação e é dever do Governo federal que já assumiu compromisso ao assinar o Plano Presidente Amigo da Criança. E isso nós temos que cobrar. Por isso eu estou aqui. Trago o meu apoio, minha solidariedade, o apoio da bancada federal de Mato Grosso e vamos continuar lutando, porque só assim que nós realmente vamos chegar à vitória. Muito obrigada. (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Registramos a presença do Prefeito e da Primeira-dama de Vila Rica, Sr. Francisco. Muito obrigado pela presença.

Vamos ouvir, representando o Secretário de Fazenda, Dr. Mauro Nakamura Filho.

O SR. MAURO NAKAMURA FILHO - Boa-tarde a todos.

Cumprimento o Deputado Humberto Bosaipo, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Seguridade Social; cumprimento a Deputada Federal Thelma de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Oliveira, em nome da qual eu cumprimento também os representantes da bancada; o Sr. Sirineu Moleta, Presidente da UNDIME/MT em nome do qual eu cumprimento os presentes representantes da UNDIME e este Plenário; prefeitos, assistentes sociais, demais presentes neste Auditório.

Deputado Humberto Bosaipo, em primeiro em nome do Secretário Waldir Teis, quero agradecer o convite que me foi feito para comparecer a esta audiência pública de extrema relevância, no momento, para o País, no que se refere aos aspectos educacionais.

Antes de falar do FUNDEB, eu acho importante fazer um breve comentário a respeito do FUNDEF. Nós não podemos deixar de enaltecer que após esses nove anos de existência, Deputado, o FUNDEF trouxe, realmente, uma grande melhoria nos níveis educacionais deste Estado e deste País. Nós ouvimos muitos discursos em relação a, senão a total universalização, mas a universalização do acesso ao ensino fundamental por parte da população do Estado de Mato Grosso e do País, que teve também na valorização dos professores de Magistério grandes ações nesse sentido.

O fato é que o FUNDEF já apresenta desgastes. A evolução da sociedade já leva a essa situação. De forma que, realmente, é necessária a criação de um novo fundo, como está sendo proposto aqui, o FUNDEB.

Realmente, nós somos da Secretaria de Fazenda. Há um ano, praticamente, temos acompanhado a discussão a respeito desse tema que requer uma análise criteriosa, que nós entendemos também ser multidisciplinar, motivo pelo qual, inclusive, no âmbito estadual, nós temos mantido contato constante, não só com a Secretaria de Estado de Educação, mas também com a Secretaria de Estado de Planejamento - até registramos a presença de uma representante da Secretaria de Estado de Planejamento, a gestora Susan Dignart - porque o aspecto FUNDEB, a mim, como disse, é multidisciplinar, envolve aspectos educacionais, financeiros e orçamentários.

Obviamente, a preocupação é a qualidade do ensino. Nós não podemos fugir desse compromisso para com a sociedade.

Nós estamos vendo a discussão, como foi colocada aqui, a questão das creches, a preocupação de contemplar. Só fazendo um registro que, na verdade, apesar de não contemplado na PEC, a minuta do projeto de lei complementar, Sr. Sirineu, ele faz menção a uma avaliação no art. 27 - o senhor deve ter tido acesso a essa minuta, - do Projeto de Lei Complementar fala da inclusão ou não da creche no quinto ano de existência do fundo, considerando a implantação gradual, como foi colocado.

Mas, enfim, quero chamar a atenção para a questão do financiamento da Educação. Quando eu falar de qualidade, sem assegurar recursos para essa Educação, não quero aqui, neste momento, dizer que a PEC está sendo correta ou incorreta, mas é mais para trazer essa preocupação para os senhores, de buscar, avaliar também sobre esse enfoque, como financiar a educação.

Quando eu digo isso, porque isso envolve outros fatores que estão contidos na PEC, já foi citada aqui a questão que a nossa Secretária Ana Carla Muniz registrou a respeito do complemento da União.

A posição inicial da PEC, ela falava no complemento percentual sobre um total de arrecadação do Fundo, ainda que gradual, em cinco, seis e meio, oito e dez por cento ao final do quarto ano. No momento em que a PEC foi enviada ao Congresso, houve uma alteração disso, ao invés de ter valores percentuais, passou-se a ter valores nominais, inclusive com dispositivos de correção a serem definidos por instrumentos normativos posteriores.

Quando eu falo isso me preocupa a forma como a União tem tratado a questão do complemento para com os Estados. Um estudo feito pela Secretaria de Estado da Bahia, Deputado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Humberto Bosaipo, o primeiro ano de complemento da União correspondia a 4,2% do total do Fundo, no último ano de 2004, isso reduziu para 1,2%. Então, a União tem usado mecanismos para não realizar o complemento conforme a necessidade. Isso obviamente impacta a disponibilidade de recurso para a educação.

Não há de se estranhar isso porque, aí se os senhores me permite um parêntese, eu vou falar um pouco da repartição da receita federal. Assim como os municípios têm participação na receita estadual, também na estadual a União tem adotado uma política de não repartição de suas receitas. No ano de 88,76% das receitas da União eram compartilhadas com Estados e Municípios e 22% não eram compartilhadas. Isso em 1988. No ano de 2004, essa situação se inverteu, 55%, 55,65% das receitas não são compartilhadas. Como isso é possível? Através de instituições, de contribuições, COFINS, CPMF, essas não estão lá previstas na Constituição a serem repartidas com os Estados e Municípios. Então, nós temos em 2004, 55,65% não sendo compartilhado e 44,35% sendo compartilhado. Nós sabemos da luta dos prefeitos em ir ao Congresso pleitear o incremento do FPM em função disso.

Eu estava falando sobre a questão do complemento. Então, não é só a questão da necessidade do financiamento pontualmente, obviamente que deve ser analisada, mas ela deve ser considerada. E chamo atenção para dois pontos que estão na PEC, ou mesmo alguns pontos que estão já na minuta do projeto de lei complementar que deve ser analisado também. Tem-se a questão do complemento, a questão do fator de diferenciação dos níveis escolares.

Quando me perguntam qual análise do impacto financeiro sobre a implantação do FUNDEB no Estado e perguntam-me: você tem algum número? Eu tenho vários números. Porque se eu colocar fatores de iniciação para o ensino médio 1,10 a situação é uma, se eu colocar 1,06, ou 1,04. O MEC deixou de discutir isso. Eu acho importante resgatar essa responsabilidade no MEC, o MEC trazer para si essa responsabilidade para que se busque definir com números mais trabalhados, com números mais consistentes para que nós possamos avaliar e subsidiar os nossos gestores, no caso o Secretário de Fazenda, a Secretária Ana Carla e o nosso Governador, a respeito do encaminhamento do FUNDEB.

Chamo atenção ainda para outros fatores, obviamente aí eu vou entrar na seara um pouco de finanças. Hoje todo o aporte do FUNDEF é deduzido do cálculo de uma receita, chamada receita líquida real, que é a base de cálculo para pagamento da dívida. A forma como está tramitando hoje, porque o FUNDEB, para abarcar a nova população que vai ser contemplada, financiada com novo fundo, precisa de um aporte adicional. Em função disso, fez-se um incremento de 15% para 20% da vinculação da destinação dos recursos e agregou-se outros tributos a essa cesta. Nessa proporção de 15%, ou seja, toda ela deduzida da base de cálculo do pagamento mensal da dívida, não se abate no final da dívida, no pagamento mensal, ampliou-se para 20% da destinação, e no anteprojeto da lei complementar manteve-se os mesmos 15%, o que é uma incoerência.

Voltando a falar um pouco dos fatores de diferenciação, hoje no FUNDEF o ensino das séries iniciais, da 1ª à 4ª, da urbana para a rural, tem uma diferenciação de 2%. No documento que está tramitando no MEC essa diferenciação foi excluída. Ou seja, fator 01 para toda 1ª e 4ª séries. Nas séries finais, de 5ª a 8ª, há uma diferenciação de 5%. O MEC, simplesmente, igualou.

Enfim, cito isso, complemento da União, fator de diferenciação, cálculo da receita líquida real, a forma como se está estabelecendo para calcular o valor nacional do aluno, que é um outro mecanismo, um outro artifício, que a União tem-se utilizado para não aportar complemento na União, manipulando efetivamente esse recurso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

E, como a Secretária Ana Carla já registrou, não está havendo aporte de receita nova da União, um novo fundo. Quando ela fala de se destinar recursos, quando o Ministério da Educação fala de destinar recursos para complemento, parte dele já está assegurado. Chegou-se a ponto de considerar 10% do salário da educação, não é Secretária, já ter uma destinação específica, para conter o complemento da União.

Concluindo, eu só gostaria de trazer essa possibilidade de considerar a análise da PEC sob um aspecto multidisciplinar, olhar os aspectos financeiros, de planejamento e, obviamente, os educacionais também, e se atentar para outros fatores que estão contidos na PEC, que podem levar ao comprometimento da qualidade de ensino se não houver a garantia de recursos para financiamento do mesmo. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós registramos a presença do Sr. Manoel Antônio Garcia Palma, Secretário Adjunto de Cultura.

Vamos ouvir a Dr^a Regina Borela, assessora da Senadora Serys, do PT de Mato Grosso.

A SR^a REGINA BORELA - Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Humberto Bosaipo e, ao mesmo tempo, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa.

Cumprimento todos os presentes, as senhoras e os senhores; os Secretários de Educação dos Municípios, que eu sei que tiveram esses dias de trabalho na reunião da UNDIME e todas e todos aqui presentes, Prefeitos, Primeiras-Damas.

Trago aqui uma saudação muito especial da Senadora Serys, que, aliás, já foi Presidente da UNDIME, na época que foi Secretária de Educação do Município de Cuiabá, instituição que ela tem, com certeza, muito carinho, e dizer que, impossibilitada de estar aqui hoje... Aqui estou representando para trazer uma mensagem da Senadora, uma mensagem da prática, do seu comportamento como Parlamentar frente a PEC que, por hora, tramita na Câmara, mas que deve chegar ao Senado.

Gostaria de dizer que nós precisamos, nessa questão da PEC, principalmente os Secretários Municipais de Educação - as coisas têm que ser colocadas da forma que são... Primeiro, o FUNDEF, criado em 1998, como disse aqui o Dr. Mauro, hoje já ultrapassado, foi criado, naquele momento, e talvez nós tenhamos que considerar, porque era um momento histórico, não vamos aqui colocar, não quero fazer isso, da maior ou menor visão política da educação de um Governo passado e de um Governo atual, mas ele contemplou absolutamente o Ensino Fundamental de 1^a a 8^a séries e ponto. Hoje, o Governo atual avança incluindo o ensino médio. É um avanço e é grande.

Além do que consideramos, eu pelo menos considero uma revolução no ensino deste país, que é o PRÓ-UNI, que também está lá, depende do recurso do Governo Federal e que hoje integra já perto de milhões de alunos nos cursos superiores das universidades deste país. Alunos carentes que não tinham a menor possibilidade de pensar em cursar uma universidade, dada à limitação de vagas nas nossas universidades federais, e esse estrangulamento das universidades particulares que hoje se obrigam a colocar, a disponibilizar vagas para os alunos oriundos da rede pública no nosso país.

O que está na PEC com relação ao financiamento, eu acho que os municípios têm que se mobilizar, sim, e os Secretários municipais têm que ser mobilizados, sim.

A Senadora Serys é totalmente favorável para que se inclua a pré-escola no novo FUNDEB, já participou dos movimentos que aconteceram agora em Brasília pela ocasião da marcha dos prefeitos, e se não vier essa emenda lá da Câmara, com certeza, ela me pediu que colocasse aqui

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

claramente para vocês o compromisso dela de que isso vai acontecer no Senado. Se a Câmara não incluir essa emenda, vai acontecer no Senado (PALMAS). Que isso fosse aqui passado a vocês.

Agora, por que falavam antes que os prefeitos têm que se mobilizar? Porque há um grande *lobby* dos Governadores, de qualquer partido, para que não se inclua a creche, porque a grande fatia do fundo, dos recursos do fundo, realmente é dos cofres dos Estados. Porque, se vocês forem analisar os impostos da cesta de impostos, como disse aqui o Dr. Mauro, a grande maioria é de impostos Estaduais. Além de que o percentual incide sobre o ICMS, do qual o município tem apenas 25%, que é o repassado pelos Estados. Então, o ICMS, o percentual do Fundo que incide sobre ICMS é sobre 25% que pertence aos municípios. Em compensação, incide sobre 75% do ICMS que pertence aos Estados. Portanto, é muito mais recurso.

Obviamente que os Governadores que não têm encargo com a educação infantil hoje, como está posta, a divisão de encargos na legislação educacional, os municípios que se virem.

Então, essa é tipicamente uma luta municipal, sim. E é muito em cima de sensibilizar os Deputados, que ao fim, ao cabo é quem vai aprovar isso, colocar as emendas e melhorar o projeto ou não, mas também pressionar os Governadores, que vocês sabem, têm forte influência sobre os parlamentares de cada um de seus Estados. Quem é que não sabe disso. Então, essas são as tarefas.

Finalmente eu quero falar a respeito do aporte do Governo Federal. É falsa, eu quero dizer que é falsa, esse argumento da questão dos aportes, porque, pela primeira vez o Governo Federal vai ser obrigado, por força de lei, se os Deputados e Senadores aprovarem a PEC da forma como ela está, de fazer um aporte fixo, por mais que fosse um percentual em cima do fundo, porque na medida em que os Estados aumentassem sua arrecadação, os municípios aumentassem a sua arrecadação, o Governo Federal seria obrigado a aumentar também o seu aporte. É claro que isso é melhor. Eu acho que ainda está em tempo de Deputado e Senador fazerem essa emenda, o projeto está tramitando, melhorar a PEC.

Mas ainda que não passe... Hoje Dr. Mauro estava me dando aqui um dado. que por falta dessa obrigatoriedade de um fixo, que ao final dos quatro anos de implantação progressiva do FUNDEB, o Governo Federal vai ter que aportar 4 bilhões e 300 milhões, obrigatoriamente. Hoje, segundo dados do Dr. Mauro, o Governo Federal está aportando cerca de 300 milhões para três ou quatro Estados, porque a grande maioria fica fora daqueles cálculos de complementação.

Eu acho que é um avanço esse fixo que vai chegar a 4 bilhões e 300 milhões ao final de quatro anos, até porque, pelos cálculos atuais, se fosse hoje, 2005, nós sabemos que não está em funcionamento, mas se estivesse, o aporte dos Estados seria da ordem de 38 bilhões e dos municípios 18 bilhões, que é quem tem a responsabilidade do ensino básico infantil. Acho que nós vamos dar um salto de qualidade na educação deste País sem tamanho. Vai ser um marco histórico. Agora, nós precisamos garantir que tudo isso aconteça. Não dá para... Ah, depois contingência. Ah, não, o Governo Federal não pode agora. O Governo Estadual, qualquer deles, de qualquer um dos entes federados, maquia ali para que o fundo não tenha exatamente o... Se todo mundo levar a sério o seu aporte ao FUNDEB, com certeza, o que já aconteceu com o FUNDEF vai ser depublicado, pelo menos para o bem dos nossos estudantes e das nossas crianças.

E, para terminar, quero repetir aqui, que em relação à creche, às crianças de 0 a 3 anos, vocês com certeza terão o compromisso da Senadora de apoiar essa iniciativa. Muito obrigada. (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir Marcos Pizza Pimentel, Secretário Municipal de Nova Xavantina e também Diretor de Comunicação da UNDIME Nacional.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. MARCOS PIZZA PIMENTEL - Deputado Humberto Bosaipo, meu amigo, Secretário, todos da Mesa, Thelma de Oliveira.

Sr. Presidente, eu não estava aqui, eu não vim preparado para falar, mas eu tenho participado dos Encontros da UNDIME Nacional e eu tenho a impressão, quer dizer, fica bem claro quando nós abrimos para os diversos personagens que compõe esse intrincado quebra-cabeça de financiamento da Educação de que existe uma sardinha e existe uma brasa. E é esse que é o problema! Nós temos que definir e, eu acho que a UNDIME Nacional está no foco do principal. Qual é o objetivo principal dessa PEC? É o financiamento da Educação como um todo.

Então, esse princípio é o que norteia todos as defesas que temos feito, todos os documentos que tem que ser elaborado na defesa do princípio do Fundo, que seja um Fundo que atenda a Educação como um todo, e não partes. Inclusive, na véspera do dia em que o Presidente assinou a PEC, nós tivemos uma reunião com o Ministro, e o Anteprojeto apresentado naquela reunião incluía as crianças de 0 a 3 anos. No dia seguinte, de manhã, o Presidente assinou com ela fora. Então, isso mostra...

Depois, nós tentamos ir atrás, onde é que tropeçou... Foi no financeiro, foi o Palocci. Pressão expressa do Palocci para a retirada.

É certo que existem interesses! Não tem dúvida! É normal até entendermos esse jogo de interesses de: “Puxa para cá, vamos para o Ensino Médio, mais recurso para cá, mais recurso para lá”. Mas, o importante é que nós não percamos de vista o conjunto.

Então, se nós temos um sistema e, filosoficamente, entendemos que temos que atuar de 0 a 17 anos ou que seja, até o Ensino Médio, nós precisamos pegar todo o recurso disponível, ratear e fazer o melhor possível com esse recurso.

O que nós percebemos é que nas discussões estabelecem tetos fixos: “acima daquilo não se pode gastar, abaixo daquilo não se pode gastar”. Então, fica um jogo complicado. Em termos de número, fica até difícil de chegarmos a um consenso. Mas, nós não podemos perder o foco e o foco é esse. Tem que haver inclusão: “Ah! Não há recurso!”, não tem problema, mas tem que incluir, porque aí nós vamos discutir o recurso depois. Eu acho que isso que é importante (PALMAS).

Então, essa a mensagem da UNDIME Nacional. No mais, eu gostaria de agradecer a todos pela participação. É fundamental a participação, neste momento, de todos nós! É fundamental! Nós percebemos nessas reuniões nacionais que a participação é por *e-mail*. Descubra o *e-mail* lá do Deputado, do Senador e manda *e-mail*. Não precisa se avexar, não, que chega lá. E vamos pressionar para que a coisa aconteça, porque depende sensivelmente da nossa pressão para que essa PEC se transforme pelo menos no bom senso e no consenso daqueles que lidam com a educação.

Era só isso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu indago da Mesa se alguém mais quer usar da palavra.

Com a palavra, a Secretária Ana Carla Muniz.

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - Agradeço, Sr. Deputado.

Eu só gostaria de restabelecer aqui a posição do Governo do Estado, até porque eu posso afirmar, em nome do Governador Blairo Maggi, que nunca houve *lobby* por parte do Governador Blairo Maggi para desvincular o recurso das creches e da educação infantil. Falo isso até porque não teve nenhuma reunião dos Governadores do Estado com o Ministro da Educação. Não teve nenhuma reunião do Governador Blairo Maggi articulado com outros Governadores e com o Presidente Lula. O documento que eu estou deixando, agora, com o Deputado Humberto Bosaipo,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

a Deputada Thelma de Oliveira estará recebendo, no seu gabinete, através do gabinete do Governador. Nós deixamos pontuado, com muita clareza, como foi a contextualização da discussão nos artigos. Nós colocamos a importância do FUNDEF que o Mauro Nakamura colocou, o que isso contribuiu para o número de matrículas no País. Fizemos um comparativo entre o FUNDEF e o FUNDEB. Colocamos os pontos que o Ministério da Educação colocou em relação ao FUNDEB; e os pontos que o CONSED - Conselho Nacional dos Secretários de Educação e o CONFAZ - Conselho Nacional de Secretários de Fazenda do País colocaram em cima da proposta do MEC. Ao invés, por exemplo, de forma gradual, do financiamento que o Presidente Lula propôs, através do Ministério da Educação, nós colocamos 10% do total do fundo, logo no primeiro ano. Aí, Deputada - a senhora estará recebendo no seu gabinete -, pontuando tudo isso em relação à matrícula, em relação ao salário educação, em relação à duração do FUNDEB, à fatores de diferenciação, ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à dedução da dívida, às distribuições de recurso em relação ao MEC, que o MEC coloca sem previsão na PEC. E o Governo através dos dois Conselhos Nacionais coloca a distribuição de acordo com as áreas prioritárias do ensino de competência dos Estados e municípios, prevista no art. 211, §§ 2º e 3º da Constituição Federal a receita líquida anual.

Então, nós pontuamos com muita clareza. E eu tenho aqui tranquilidade de afirmar, Sr. Presidente, que nas reuniões da Comissão composta pelo Ministério da Educação, em que inclusive a UNDIME esteve presente, em nenhum momento Secretários Estaduais de Educação vetaram este ou aquele, até porque não cabe aos Secretários Estaduais de Educação fazer a PEC. Cabe ao Ministério da Educação, ao Governo federal encaminhar a proposta de Emenda Complementar a Constituição que está lá para o Congresso analisar. E nós colocamos pontualmente com muita clareza.

Portanto, nós deixamos aqui, nas mãos do Deputado Humberto Bosaipo, a posição...

(O SR. PRESIDENTE HUMBERTO BOSAIPO FAZ UMA PERGUNTA À SECRETÁRIA - INAUDIVEL.)

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - A Deputada Thelma vai receber, inclusive com CD. Todos os Parlamentares, Senadores, Deputados Federais... Ficou lá endereçado com seu nome e endereço do seu gabinete.

Então, nós queremos aqui deixar e reafirmar que o Governo do Estado de Mato Grosso tem muita responsabilidade em discutir este assunto e tem sensibilidade, até porque nós também temos a área da assistência no Estado. Temos a clareza de que o aporte é pequeno aos municípios. E a Deputada Thelma sabe das oportunidades que tivemos de discutir. Ela, como 1ª Dama do Estado, e eu, como gestora municipal, sabemos o tanto que nós lutávamos. E ela também era uma parceira para buscar mais recursos da União na assistência à Educação.

Enfim, eu acho que está chegando a hora, como disse a Deputada, de fazer uma grande mobilização. E aí responsabilizar todas as esferas de Governo. Não dá para entrar só uma esfera de Governo com financiamento, tem que ser as três. Então, quero deixar muito bem claro: o Governo federal nem no FUNDEF cumpriu com as obrigações que eram da parte dele - o FUNDEF que tem ainda Estados recebendo *per capita* aluno a menor de R\$600,00, que tem *per capita* de salário de professores a menor do que R\$400,00.

Então, aqui tem que ser responsabilizado, até porque em discurso é bonito falar que a educação é que eleva o país, é que eleva a população é que eleva tudo. Então, aqui até por alguns que falaram aqui na Mesa já deixou claro que os Estados é que colocam mais recursos no fundo, geridos pelo Banco do Brasil, que é o FUNDEF. E vão continuar colocando. E os Municípios também, em uma menor proporção, já definidos pelas leis federais. O que nós queremos é um aporte

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

claro e objetivo do Governo Federal de forma que se comprometa a atendermos as vagas e demandas do Ensino Médio e da Educação Infantil. Obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós queremos informar que esta Audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembléia, canal 36, TV a cabo.

Eu passo à fase dos debates.

Quem quiser o microfone, levante a mão e se identifique. Nós temos três minutos para cada pessoa.

Eu gostaria que a pessoa se identificasse, de preferência o Município, porque a Taquigrafia está registrando.

A SR^a CLEIDE BATISTA - Cleide, Assistente Social de Torixoréu, Ribeirãozinho, Araguainha e Santa Helena.

Eu gostaria de fazer um questionamento, que é o nosso de sempre. A questão do Governo Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal é muito séria porque as políticas públicas deixam a desejar. Quando falamos do Programa Bolsa-Família, nós sabemos que são políticas compensatórias. E não queremos mais essas políticas compensatórias. Parece que a creche não tem mais pai. Está órfã de pai e de mãe. Antes a assistência ajudava a co-financiar. Agora, com o sistema único de assistência social, nós percebemos que terá a mudança dos nossos usuários. Não que vamos nos excluir. Nós vamos trabalhar com a questão socioeducativa dos pais. A educação estaria cumprindo com o seu papel, porque é direito de todo cidadão ter educação.

Então, o nosso questionamento é: até que ponto nós, cidadãos desse país, vamos agüentar, suportar, a falta de investimento nas políticas públicas, como educação, saúde e assistência social? Quando se fala que o Ministro Palocci tirou esse tanto de dinheiro, nós questionamos: por que vai ser retirado? E questionamos também que no ano passado foi retirado deste Estado, dinheiro da assistência social para ser transferido para outros órgãos de setores do Governo do Estado de Mato Grosso.

Eu questiono também a questão do investimento econômico. A política econômica cresce, o PIB do Estado está lá em cima. Nós tivemos a visita do pessoal verificando a nossa dívida externa e vemos que o país cresceu economicamente. Mas quais os investimentos que estão sendo feitos na área social, na área de educação e a na área da saúde?

Eu acho que, nesta Audiência Pública, os professores que estão aqui deveriam questionar a questão também do seu salário, a questão da qualidade de ensino, a questão da infraestrutura das escolas deste país e do nosso Estado.

Sabemos que já houve avanços, mas não se faz milagre sem dinheiro. Nós sabemos que o ano político, o ano que vem está aí, o discurso sempre é o mesmo, de política, educação e assistência social, mas na prática os recursos não são investidos economicamente para essas questões das políticas públicas, a escola pública de qualidade. Cobra do professor, cobra dos Secretários, cobra dos diretores, cobra dos gestores, mas quem é o maior responsável?

Então, a distribuição de renda neste país tem que começar de baixo para cima e de cima para baixo.

Nós temos que chegar a um patamar que a educação é essencial, é fundamental. Não dá mais para vivermos com discursos, com centralização de poder, pensa-se uma coisa, foi colocada a PEC de uma forma e quanto menos se espera vem assinada de outra forma. Eu acho que nós não podemos mais ser enganados neste país.

Eu gostaria que a Serys, o Carlos Abicalil e que a Dona Verinha estivessem aqui, porque eu sou petista e vim para estar dialogando com os nossos representantes que também nos representam lá. Então, eu mostro a minha indignação mesmo com o documento aqui. Eu quero

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

repudiar. Eu acho que deveriam estar aqui, porque são Deputados representando este Estado de Mato Grosso e que vão estar aqui, no ano que vem, pedindo voto.

Eu acho que o encontro com o Lula vai ter, vai ter, mas eu acho que teriam que estar aqui, porque eles estão lá direto, e nós mal vemos aqui, a Verinha Araújo não, mas mal vemos eles aqui. Desculpe falar, mas todos deveriam estar aqui, da Bancada de Mato Grosso, para discutir essa questão da educação, o Welinton Fagundes e os outros que não me lembro mais o nome.

Então, eu gostaria de dizer que a educação não é só para conversar, não é só para brincar, mas eu acho que educação teria que ser pensada na questão da creche. Quem é o pai dessa criança?

O financiamento tem que existir sim, tem que sair de onde tiver que sair. Nós temos que protestar. Eu diria que faltaram também faixas de mobilização, nós não pensamos, nós deveríamos ter tratado faixas para colocar aqui, chamar a imprensa e fazer faixa de mobilização, e, se possível, dar uma caminhada na cidade para mostrar que a educação infantil precisa ser tratada com seriedade e, acima de tudo, com financiamento. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu acho que a fala da Cleide todo mundo aqui concorda. Eu pergunto se alguém quer complementar.

Perdão, ela levantou. É igual leilão, levantou o dedo já deu lance. Perdão.

Com a palavra. o Sr. Pedro de Alcântara.

O SR. PEDRO DE ALCÂNTARA (PORTA ABERTA) - Meu nome é Pedro Porta Aberta, Prefeito de Paranaíta.

Eu gostaria de cumprimentar todos e falar por todos os meus amigos Prefeitos, porque têm poucos aqui, mas que estão sentindo na pele o que estamos passando. É muito fácil falar que o município, o prefeito tem que se mobilizar e o próprio Governo, como eu falei, Deputado Humberto Bosaipo, na última audiência que houve em Alta Floresta quanto à questão do IBAMA, que a Operação Curupira era a solução da nossa região, mas já se passaram mais de 120 dias e não se resolve, o povo quer trabalhar, quer emprego e não consegue.

Infelizmente, neste País tem que ser na mobilização, tem que ser no pau, como tenho falado.

O Movimento Sem-Terra tem condições de fechar a BR-163 duas, três vezes por mês e o nosso movimento, muitas vezes, não tem condições de exigir seus direitos.

É uma vergonha o que este país está passando. Nós perdemos 22% de arrecadação dos municípios, nos meses de junho, julho e agosto perdemos R\$200 mil e o desespero é na casa do prefeito e do vereador, que recebem todas pressões.

Então, tem que mobilizar mesmo. Não é só ficar na fala. Mobilizar os prefeitos e todos que estão aqui presentes, exigir os nossos direitos e fazer com que o Governo Federal cumpra com seu dever, nem que seja através da mobilização, porque, infelizmente, este Governo só vai se estiver fazendo manifesto, se tiver interditando as ruas, o povo e toda a sociedade.

Então, isso é um desabafo dos prefeitos, que estão pedindo socorro, principalmente na minha região do nortão. Acho que temos que nos unir e realmente lutar pelos nossos direitos.

E acho que a AMM e todos os prefeitos têm que caminhar juntos e lutar pelos direitos da nossa região. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Mais alguém?

Não havendo mais orador inscrito...

Vai falar o Presidente da UNDIME.

A Secretária irá encerrar os jogos estudantis e pede licença para ausentar-se da mesa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Agradeço sua presença e participação.

O SR. SIRINEU MOLETA - Eu gostaria de falar para o prefeito que nós da UNDIME queremos participar da AMM também na discussão de várias questões.

Por exemplo, transporte escolar que também passa pela educação. Gostaríamos que tivesse um prefeito lá para nos convidar, porque somos nós os executores dos financiamentos de vocês. Essa questão gostaríamos de colocar para você e que você levasse aos prefeitos a nossa ansiedade de estarmos junto à AMM discutindo e fazendo a mobilização e, se precisar, Thelma, fazer um fraldão aqui no Estado, aqui na Assembléia Legislativa deste Estado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Pois estão abertos a televisão, o espaço. O apoio da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Seguridade Social é integral.

O SR. SIRINEU MOLETA - É por isso que eu estou usando este espaço agora, Deputado Humberto Bosaipo, pelo acompanhamento do Deputado junto da Comissão, junto a UNDIME, juntos aos Secretários na discussão do transporte escolar, na discussão de tantas questões sérias.

Gostaria, neste momento, de agradecer a cada um e a cada uma pelo esforço, pelo trabalho, pelo empenho e pela vocação de ser Secretário, professor e cidadão na defesa da educação e educação de qualidade. Que Deus acompanhe cada história de cada um e nos proteja. Que nós possamos mudar a história da nossa política no Brasil.

Gostaria, em especial, de agradecer a Zilda, a Deuzinha, esse povo que é o bastidor da UNDIME e de toda a Assembléia Legislativa que nos tornaram orgulhosos de ontem e hoje fazermos parte desta UNDIME, deste Estado que tanto amamos e queremos que ele seja exemplo nacional, porque é o primeiro Estado que está fazendo mobilização, Deputada, para Thelma encaminhar para nossa Bancada em defesa da educação de qualidade de 0 a 3 anos.

Muito obrigado, Deputado Humberto Bosaipo. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Deputada Thelma de Oliveira.

A SR^a THELMA DE OLIVEIRA - Eu quero agradecer a todos os componentes da Mesa e a vocês. Nós sabemos da dificuldade que é para se deslocar dos municípios e chegar até aqui.

Mas quero dizer tanto para o Deputado Humberto Bosaipo como para os companheiros da UNDIME que eu acho que no dia em que for acontecer a votação da PEC tem que haver uma mobilização lá em Brasília. Porque é isso que tem feito o diferencial. Por exemplo, nós estamos lá com essa PEC que está criando novo cargo de auditores da Receita Federal do Brasil, que está envolvendo uma polêmica incrível. E essa PEC não chega em plenário, porque ainda não há um consenso. E lá funciona dessa forma.

Então, eu não sei se a UNDIME está se organizando para isso, mas eu acho fundamental. E eu quero, então, nesse sentido, me colocar à disposição, colocar o meu gabinete à disposição, para que possamos estar ajudando, porque sabemos das dificuldades, mas eu acho fundamental que estejamos lá.

E também, eu estava falando aqui para o Deputado Humberto Bosaipo, para de repente fazermos uma mobilização aqui, não sei... Como a Leide disse, com faixas, com tudo, mostrando, porque senão nós vamos continuar com essa questão da creche - como eu disse - no limbo. E como ela disse: Não tem pai, ninguém financia, ninguém tem obrigação, ninguém vai tratar do problema. Então, eu acho que é claro...

Eu quero dizer aqui para o Sr. Mauro, que não é que não estejamos tratando dos outros problemas que a PEC tem, estamos também discutindo, debatendo, mas temos que ter um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

foco nesse momento, porque senão não vai adiantar ficarmos tratando lá da frente se o básico aqui, que é a creche, não estiver incluída. E aí nós vamos enfrentar os mesmos problemas que já vimos enfrentando até hoje com relação à questão do ensino, porque a criança não vai ter assistência de 0 a 3 anos, onde ela se forma enquanto ser humano, em termos afetivos, em termos emocionais e solidários - é ali que ela se forma - e não vai adiantar ficar cuidando do futuro.

Então, eu acho muito importante que tenhamos um foco. Qual é o nosso foco? Nós temos que incluir a creche. E é essa a nossa luta. E, mais um vez, coloco-me à disposição lá na Câmara Federal.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Sr^a Leda Rocha Lago.

A SR^a LEDA ROCHA LAGO - Nobre Prefeito de Paranaíta expressou a preocupação de muitos Prefeitos, principalmente da região norte. Eu, como Secretária de Educação de Poxoréo, quero expressar aos nobres Deputados que aqui estão a preocupação de municípios pequenos que enfrentam uma situação econômica caótica e problemas sociais sérios, como é o caso de Poxoréo.

A Deputada Thelma de Oliveira conhece a nossa realidade, assim como o Deputado Humberto Bosaipo, e sabem que uma região garimpeira, que passa por sérios problemas sociais e econômicos muito mais difícil fica enfrentar essa situação de manter a Educação com qualidade. E por isso acabamos sendo alvos de constantes críticas, porque não atendemos transporte escolar com qualidade, não atendemos a questão educacional na escola com qualidade. Isso não é vontade apenas, não é por falta de vontade. Eu digo sempre aos colegas profissionais da educação: com boa vontade, apenas, não se faz educação neste País, é preciso ter condições para se fazer educação de boa qualidade. Por isso, nós necessitamos, sim, do apoio de todos que aqui estão para que possamos garantir educação e educação de qualidade, uma vez que o FUNDEF que está em fase final, ele também não garantiu tudo aquilo que prometia, garantiu o ingresso, mas não garantiu a permanência com sucesso. E agora nós já temos a implantação do FUNDEB, onde também acoplou dentro desse bolo de 20% novos níveis de modalidade, novos níveis de ensino e modalidade, mas não se acrescentou a esse bolo novas formas de financiamento, novos valores. Para nós, representantes dos municípios, a preocupação é maior, porque além de não ter incluído aí a educação infantil de zero a três anos, nós sabemos que por não atender o ensino médio, teremos também que dividir os 20% que teremos com aqueles que atende o ensino médio no município. Então, a situação é muito mais crítica do que aos dirigentes estaduais.

Precisamos e contamos com o apoio de vocês, principalmente dando condições para que tenhamos, que a UNDIME possa levar uma caravana em Brasília para acompanhar essa votação.

Pedimos aqui a todos os representantes municipais da área social e educacional que entrem, sim, não é querer perturbar os nossos dirigentes políticos, Deputados Federais e Senadores, mas encaminhando *e-mails* e outras formas de contatos para que eles não esqueçam de incluir aí a educação de zero a três anos.

E também aqui, Deputado, expressar a nossa dificuldade em manter o transporte escolar, uma vez que o recurso do PINAT, oitenta reais por aluno/ano, mesmo com esse acréscimo que houve, não é suficiente. O nosso município tem uma receita mensal de um milhão de reais, mas nós sabemos que temos lá vinte e um habitantes, oito assentamentos rurais, cinco aldeias indígenas e quatro distritos. Não temos condições e não temos a mínima vergonha de dizer que não estamos garantindo a educação de qualidade, não por força de vontade do Prefeito Municipal e da Secretaria

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 07 DE
OUTUBRO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

de Educação, mas por falta de condições. Temos buscado apoio em todos os cantos, mas nós não temos conseguido esse apoio necessário.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A Comissão de Educação agradece a presença de todos e nos colocamos à disposição da UNDIME para outros eventos.

Declaro encerrada a Audiência Pública. Muito obrigado (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa.